

A SAÚDE PÚBLICA E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO CONTEXTO DA ESCRAVIDÃO COLONIAL E NO SÉCULO XXI

Rafaela Muniz de Andrade (UFBA)

rafaelamuniz@outlook.com

Norma Suely da Silva Pereira (UFBA)

normasuelypereira@yahoo.com.br

Durante o período colonial, o contexto da saúde pública na América portuguesa era bastante precário. Os negros escravizados eram acometidos por diversos problemas de saúde, que costumam ser descritos nos inventários e outros documentos notariais da época. A saúde das pessoas negras e pardas era crítica. Doenças endêmicas, condições relacionadas a doenças pré-existentes e maus-tratos, pela péssima situação vivida pelos escravizados, são alguns dos problemas observados. Nesse período, quem tratava das doenças nem sempre era cientificamente habilitado: exerciam a assistência à saúde físicos, licenciados, boticários, cirurgiões credenciados ou cirurgiões-barbeiros, parteiras e curandeiros, entre outras possibilidades. Mesmo os graduados, não tinham, necessariamente, o conhecimento médico (MIRANDA, 2017). Contudo, todos cuidavam de pacientes, conforme a necessidade. Na pesquisa filológica empreendida, a partir da análise de um corpus selecionado com documentos manuscritos datados entre os séculos XVII e XVIII (CAMBRAIA, 2005; CHARTIER, 2014), busca-se focar em aspectos do contexto sócio-histórico, com base no exame da terminologia da área de saúde utilizada na época (FINATTO, 2020; PEREIRA, 2020), e discutir, nesta comunicação, como a situação da saúde pública observada no passado continua afetando adversamente a população negra baiana, sempre atingida pela vulnerabilidade econômica, o que foi particularmente intensificado no contexto de uma pandemia.

Palavras-chave:

Escavidão. Bahia colonial. Terminologia na área da saúde.